



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Reunião ordinária	Nº: 0369/13	DATA: 23/04/2013
INÍCIO: 11h00min	TÉRMINO: 11h57min	DURAÇÃO: 00h57min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h57min	PÁGINAS: 19	QUARTOS: 12

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Anúncio de recebimento de ofícios. Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todas e a todos. Nós vamos dar início aos nossos trabalhos.

Registro a presença do Deputado Miriquinho Batista, do Deputado Severino Ninho e do Deputado Laercio Oliveira — que foi designado pela Liderança do Partido da República para compor a titularidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Bem-vindo, Deputado!

Estávamos aqui aguardando a chegada da nossa Relatora. Mas nós vamos iniciando, ela já está chegando.

Portanto, havendo número regimental, declaro aberta a 52ª reunião da CPI destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas e consequências, compreendido no período da Convenção de Palermo.

Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias das atas da 40ª, 42ª, 45ª, 47ª, 48ª, 49ª, 50ª e 51ª reuniões.

Sendo assim, indago se há necessidade das suas leituras, na medida em que os Deputados já tiveram acesso, já devem ter passado horas lendo essa quantidade de resumo de atas que nós encaminhamos.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Requeremos a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem.

Por solicitação do Deputado Severino Ninho, que pede a dispensa da leitura das atas, a leitura está dispensada.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, coloco-as em votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam com as atas mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Estão aprovadas.

Ofício, da Liderança do PMDB, indicando o Deputado João Magalhães, na qualidade de titular desta CPI, em vaga, que era a última existente em vacância, remanescente das vagas — o Deputado João Magalhães.

Ofício do Governador do Estado do Acre, Tião Viana, informando as ações do Governo do Acre no combate à exploração sexual de menores, expondo, ainda,



sobre o trabalho desempenhado pelos Núcleos de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas naquele Estado.

E-mails do Diplomata Walter Kerr, da Embaixada dos Estados Unidos, confirmando audiência com os membros desta CPI, amanhã, às 17 horas, aqui na sala da CPI.

Ofício que esta Comissão enviou para tratar dessa questão da ONG Limiar e outros casos de denúncias, que esta CPI tem recebido, de tráfico de pessoas envolvendo os Estados Unidos da América. O Embaixador norte-americano designou o Diplomata Walter Kerr, que se dispôs, gentilmente, a vir aqui na CPI para ouvir os membros desta Comissão. Vamos recebê-lo amanhã, às 17 horas, aqui na sala.

Ofício da Delegacia Especializada da Mulher e do Idoso de Várzea Grande, encaminhando, por solicitação do Deputado Luiz Couto, cópia integral dos autos de inquérito policial do suspeito Reinaldo Luís Cavalcante, salientando que a investigação foi concluída e remetida ao competente Poder Judiciário para as providências cabíveis.

Antes de passar para a Ordem do Dia, eu queria informar às Sras. e aos demais Srs. Deputados que, na semana passada, esta CPI esteve no Estado do Paraná, na sede da Assembleia Legislativa do Paraná, ouvindo diversas pessoas sobre famílias, sobre desaparecimentos e tráfico de menores para fins de adoções, e outros, de exploração, inclusive. Ouvimos, inclusive, o Sr. Audelino, que era o principal... o representante da ONG Lumiar no Brasil, credenciado às instituições que tratam da adoção no Paraná, como a CEJA, num depoimento extenso; depois, ouvimos também várias outras pessoas e famílias que estavam também se manifestando; ouvimos o Ministério Público; ouvimos várias instituições.

A impressão, só para socializar uma impressão ainda preliminar, é que essa situação da ONG Limiar é uma situação, talvez, muito mais complexa e grave do que nós podíamos imaginar. Até no cotejamento de documentações que foram apreendidas na residência... na diligência, que foi de apreensão de documentos, na casa do Sr. Audelino, e os documentos lá apreendidos, ficou evidente a complexidade, a grandeza, o envolvimento dessa instituição na adoção ilegal de crianças.



Depois, o Deputado Luiz Couto vai poder, na reunião de trabalho, informar com mais detalhes. Ele ficou até o final, eu tive que retornar...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Até às 23h15min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Até às 23 horas. Eu já soube.

Muito bem. A presente reunião destina-se à audiência para ouvir o nosso convidado, José Maria Marin, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, e deliberação de requerimentos.

O Sr. José Maria Marin encaminhou, na data de ontem, carta informando que, em razão de compromissos anteriormente agendados na Confederação Sul-Americana de Futebol para a mesma ocasião, encontra-se impedido de comparecer na presente audiência, pedindo desculpas aos membros desta CPI pela impossibilidade de comparecer. Diz aqui o Presidente da CBF que o convite muito lhe honra, mas, em razão de compromissos agendados para a mesma data, impede de estar presente.

Portanto, nós estamos aqui desfalcados da oitiva do Sr. José Maria Marin, que vinha aqui na condição não de convocado, vinha aqui na condição de convidado, porque não há nenhuma denúncia formal envolvendo a CBF, pelo menos nesse aspecto. A vinda do Presidente da CBF foi justificada e aprovada nesta Comissão, por unanimidade, em função das recorrentes denúncias envolvendo jovens jogadores. Aliás, matéria de capa da revista *Placar*, da semana passada, que trouxe uma tonelada de denúncias e uma investigação — aliás, muito benfeita por dois repórteres da *Placar*, jornalistas da revista *Placar* —, mostrando as entranhas, as miudezas, os caminhos percorridos, o processo de sedução, as condições sub-humanas em que essas crianças... Não apenas no caso da Portuguesa Santista, que nós tivemos a oportunidade de ouvir em São Paulo, mas também no Piauí, em Sergipe, em outros Estados do Nordeste, no Estado do Pará. Geralmente, essas famílias que têm o sonho de se libertarem, talvez, da sua condição de vulnerabilidade econômica e social, veem a possibilidade de esses meninos se transformarem num grande jogador de futebol, mas eles acabam sendo aprisionados facilmente por esses enredos, por essas ideias sedutoras e acabam sendo vítimas de abuso sexual, como vários depoimentos tiveram



na revista *Placar*. E mesmo esses jovens que foram lá, da minha terra, do Pará,... que foram também, através do Doutor — que era o nome do olheiro —, terceirizados. E, evidentemente, o que nos motivou, desta CPI, a perguntar ao Presidente da CBF... e não só perguntar, talvez até apresentar sugestões para que a CBF possa ter mecanismos de controle um pouco mais rígidos no sentido de coibir ou de ter um pouco mais de cautela, de cuidado no recrutamento desses jovens que estão sendo vítimas de exploração, de abuso sexual e de tráfico humano — não é?

Então, eu acho que nós deveríamos — e aqui é uma sugestão e vou já abrir a palavra aos nossos membros da CPI. Cogitou-se, alguém cogitou a possibilidade convocá-lo, e eu acho que não é o caso, porque não há uma denúncia. Isso poderia ser interpretado como uma pirotecnia desnecessária, uma forçação de situação, e eu acho que não é o caso — ...eu acho que nós deveríamos renovar o convite ao Sr. José Maria Marin, na semana que vem ou, talvez, na outra, já dando um prazo um pouco maior, porque na semana que vem tem o 1º de maio, parece que tem um feriado no meio da semana e, talvez, dificulte um pouco a nossa atividade. Acho que muitos vêm aqui. Eu venho para cá. Mas, talvez, para ele... a gente poderia talvez até facultar, na próxima semana ou na semana que vem, a possibilidade de o senhor, dependendo da sua agenda, de estar aqui para prestar esclarecimentos.

Então, fica essa sugestão. Eu faculto a palavra ao Deputado Paulo Freire.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente, bom dia; bom dia, colegas Deputados.

Eu pedi a palavra, Sr. Presidente, justamente para sugerir a renovação do convite ao José Maria Marin. E também eu gostaria de ter algumas informações, Sr. Presidente, da quinta-feira, se houve ou não audiência pública lá em Curitiba — parece que ia ter uma audiência pública. E eu gostaria de ter algumas informações, porque eu não pude ir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Desculpe-me... desculpe-me, era uma ligação importante.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Eu disse que a minha sugestão era renovar o convite ao José Maria Marin. E eu gostaria, Sr. Presidente, de ter algumas informações sobre a audiência pública lá em Curitiba, na quinta-feira, porque eu não pude ir e gostaria de ter alguma informação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deixem só a gente avançar aqui na pauta, e eu posso fazê-lo em parte, e o Deputado Luiz Couto, nosso Vice-Presidente, também, que inclusive ficou até o final, até às 23 horas lá. Eu tive que me ausentar um pouco antes por causa de horário de voo.

Quero só informar, para a felicidade geral da Nação, que estamos no e-Democracia. A CPI... Todas as audiências da CPI estão sendo transmitidas *on-line*, recebendo inclusive denúncias. Nós aqui aproveitamos a oportunidade, mais uma vez, para renovar o convite para participarem através do www.edemocracia.leg.br. Nós já temos aqui 2.426 visitas e participações na comunidade do tráfico de pessoas. Resultados parciais da comunidade tráfico de pessoas até a presente data: 2.426 participações.

Tem uma pergunta hoje no ar: *“Você já foi vítima ou ficou sabendo de algum caso de tráfico de pessoas?”* Vinte e sete por cento já responderam “sim”, e o caso foi denunciado; 6%, “sim”, e o caso não foi denunciado; e 67%, quase 70% nunca foram vítimas nem ficaram sabendo de tráfico de pessoas. Portanto, é a nossa e-Democracia interagindo com a nossa CPI.

Requerimento 132/13, da Sra. Antônia Lúcia, que *“requeiro que seja efetivada uma acareação entre o Sr. Ulisses Gonçalves da Costa e o Sr. Adelino de Souza (Lino), quando da realização próxima audiência da CPI e oitiva da CPI”*. Acareação que já tinha sido também sugerida por outros Deputados.

O Deputado Miriquinho quer encaminhar, quer discutir?

O SR. DEPUTADO MIRIQUINHO BATISTA - Não, eu quero uma informação, porque a CPI esteve lá: se houve, já, a acareação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. Não houve a acareação, porque lá só compareceu, dentre os demais, o Sr. Adelino. E as outras pessoas, foram outras denúncias que tinham a fazer, o Ministério Público e entidades da sociedade civil. Ouvimos muita gente na audiência, lá, mas não houve a acareação. Portanto, pertine ainda o requerimento da Deputada Antônia Lúcia para que se faça a acareação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado Francischini.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Acho que é superválido. O senhor acompanhou a CPI, e o Deputado Luiz Couto, que também está aqui. E o Ulisses e o Adelino: um está mentindo e o outro falando a verdade; o outro falando a verdade, e o outro mentindo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ou os dois estão mentindo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Com certeza, a gente precisa fazer uma acareação entre os dois e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A cabeça do esquema está nesses dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeito.

O Deputado Luiz Couto diz que a cabeça e boa parte do corpo também estão nesses dois. *(Risos.)*

Então, as Sras. e os Srs. Deputados que estão de acordo com o requerimento da Deputada Antônia Lúcia mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Requerimento Nº 134/13 - do Sr. Severino Ninho - que "*requer ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Joaquim Barbosa, informações relacionadas à conclusão de procedimento para apurar possíveis irregularidades cometidas pelo Juiz Vitor Manoel Xavier Bizerra, que autorizou a adoção de cinco meninos na cidade de Monte Santo, no sertão baiano*".

Em discussão.

O Deputado Severino com a palavra.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sr. Presidente, antes de entrar na justificativa do requerimento, eu quero parabenizar a CPI, os que idealizaram e os que redigiram o *folder* trazendo informações muito importantes sobre o que é tráfico de pessoas, a quem denunciar, como se proteger, ações em destaque, algumas metas da nossa Comissão. Acho muito importante, muito oportuna essa edição.

Então, eu quero parabenizar os que redigiram, os que deram a ideia, os que contribuíram para essa edição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Correto.



Só informando, aproveitando o ensejo do registro de V.Exa., ...informar a todos os membros da CPI e a todos os servidores e às pessoas que estão nos assistindo que essa cartilha nós mandamos, com a aquiescência do Presidente da Casa, o Deputado Henrique Eduardo Alves, confeccionar na quantidade de 50 mil. Ela está à disposição da nossa CPI, dos Deputados que quiserem, nos seus Estados, entrega-las para as entidades que militam nessa área dos direitos humanos e do enfrentamento da exploração sexual, do tráfico de pessoas, enfim, todos esses crimes que estão adjacentes ou similares a essa questão do tráfico. Podem requisitar à CPI, que nós temos o interesse de divulgar ao máximo esse material.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Então, voltando ao requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o juiz, Dr. Vitor Manoel Bezerra, quando esteve aqui, foi muito inseguro, foi muito duvidoso em suas declarações. E sabemos que logo depois, alguns meses depois, o juiz que o substituiu revogou a decisão que ele havia proferido no sentido de fazer retornar as crianças aos pais biológicos, lá em Monte Santo.

O juiz aqui justificou que havia tomado aquela medida visando assegurar até a própria vida dos menores, porque corriam risco de vida. E eu me lembro que disse a ele, naquele momento, que nenhum dos cinco meninos havia morrido e um já tinha 5 anos.

A imprensa noticiou que o CNJ apurou esse caso no sentido de verificar se o juiz agiu dentro da lei ou se agiu ao arrepio dela. Então, eu acho que é importante nós da CPI termos a conclusão desse procedimento adotado no CNJ, para que a gente possa ter uma conclusão sobre como aquele juiz agiu. Inclusive, há informações de que o juiz que revogou a decisão do Juiz Vitor Manoel Bezerra já foi transferido de Monte Santo. Ou foi um castigo imposto pelo tribunal da Bahia, ou foi uma promoção para ele.

É nesse sentido que eu requeiro a V.Exa. que envie este pedido ao CNJ, para a gente ter as informações sobre se o juiz agiu corretamente ou se houve alguma irregularidade na sua conduta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeito.

Mas alguma Sra. Deputada ou Sr. Deputado gostaria de comentar o assunto?



Eu queria fazer uma observação, aproveitando que a matéria é a mesma.

O juiz a que V.Exa. se refere, o Dr. Luís Roberto Cappio, que também, a exemplo do Vítor, esteve nesta CPI prestando esclarecimentos, como esteve conosco lá em Monte Santo — eu e o Sr. Deputado Luiz Couto estivemos lá —, não só foi afastado da Comarca de Euclides da Cunha, que é a que responde por Monte Santo, como agora, recentemente, foi suspenso por 90 dias do exercício das suas funções de juiz.

Então, eu queria pegar carona no seu requerimento e apresentar um adendo: além do que V.Exa. está propondo, sugerindo, o pedido de informações, que nós possamos também solicitar, dessas mesmas instituições, qual é o procedimento que está sendo promovido no CNJ e/ou no Supremo Tribunal Federal em relação ao Juiz Luís Roberto Cappio.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - O que motivou essa suspensão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O que motivou essa suspensão e por que houve o seu afastamento. Nós recebemos informações de que houve 12 ações de denúncia contra ele, inclusive recebemos, através de um jornalista ou de alguma entidade de lá, a cópia de algumas ações, que são idênticas — parece que alguém as tirou numa xérox...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Contra o Dr. Cappio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Contra o Dr. Cappio. São idênticas, reproduzidas. Então, pareceu-nos estranho. Eu não quero antecipar nenhum juízo de valor, mas me pareceu muito estranho que essas ações sejam, da primeira letra à última, idênticas — o mesmo texto, as mesmas vírgulas —, assinadas por pessoas diferentes: Ministério Público e outros. Então, causou-me certa estranheza esse material que chegou ao conhecimento da CPI.

Então, no mesmo sentido, solicito informações sobre o que procede em relação ao Juiz Cappio: se houve alguma denúncia, enfim...

(Não identificado) - Sr. Presidente, parece que lá no início houve uma declaração do tribunal apoiando o Dr. Vítor nessa ação. Então, parece que é mais um castigo mesmo do que uma promoção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Parece que sim...



O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sr. Presidente, quero dizer que estou de acordo com o seu adendo ao requerimento e também que nós ouvimos aqui o Ministério Público, o promotor. E ficou claro que o Juiz Vítor Manoel Bezerra não ouviu o Ministério Público para tomar aquela medida, não ouviu os pais biológicos, não ouviu os avós, não ouviu o Conselho Tutelar, ou seja, o juiz agiu no mínimo açodadamente. O juiz agiu de forma açodada e de forma... O Juiz Cappio revogou, e me parece que a decisão dele está mantida: os meninos não voltaram para os pais adotivos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, nós estivemos lá visitando os meninos...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A medida está valendo.

Agora, eu queria depois me informar com a CPI, mas vou fazê-lo aqui logo de público. Nós da CPI, uma vez ouvindo ou lendo a justificativa, podemos fazer uma nota de desagravo ao Dr. Cappio? Eu acho que injustiça a gente não deve aceitar. A CPI pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pode.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Lendo as conclusões do CNJ ou do próprio Tribunal de Justiça... Vamos publicar uma nota de desagravo, porque o juiz, o Dr. Cappio, a meu ver, está com a razão. Ele botou o dedo numa ferida.

V.Exa. e o Padre Luiz Couto, que foram lá, têm a dimensão de que a coisa ali era escandalosa e vinha de muito tempo.

A Carmem Topschall, eu soube, voltou a agir. Não sei se foi o Padre Luiz Couto que me disse... Alguém me falou que ela voltou a agir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) Foi o Deputado lá da Bahia. Ele me disse também, na semana passada. O Nelson Pellegrino. Ele me disse também que ouviu informações de que ela estaria voltando a agir lá na Bahia.

Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Além de solicitar essas informações, eu acho importante que nós possamos fazer um ato, um voto de desagravo ao Luís Cappio, porque, naquele momento em que ele esteve aqui, ele falou que no processo ele poderia... Não sei se ele, no depoimento ao Conselho Nacional de Justiça, revelou o nome de juízes que estariam também envolvidos nessa questão,



bem como de políticos. Ele falou no genérico aqui. É importante que nós tenhamos essa situação.

Além do mais, eu acho que nós deveríamos, numa atitude... A gente vai ter as informações, se mandarem, por parte do Tribunal de Justiça, ou do Ministério Público, mas seria importante que pudéssemos ouvir o Luís Cappio novamente: as razões, o que ele conhece, o que fundamentou esse afastamento dele por 90 dias. Isso significa para nós uma punição. E é claro que, quando o juiz determina o retorno das crianças e a principal acusada continua agora na impunidade lá, cometendo as mesmas coisas, isso significa um retrocesso muito grande naquilo que nós estávamos investigando. Então, é preciso também ouvir novamente o Dr. Luís Cappio, para que a gente possa ouvir da boca dele... Se for em caráter reservada, a gente escuta, para pedir providências ao Conselho Nacional de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Correto.

Em votação o requerimento do Deputado Severino, com os adendos apresentados por mim e pelo Sr. Deputado Luiz Couto também, em relação ao Juiz Cappio.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Requerimento nº 135, do Deputado...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sr. Presidente, pela ordem.

Pergunto se seria possível, com a anuência dos colegas, haver inversão de pauta — eu tive um chamado... Seria possível votarmos o sexto requerimento. Seria rapidinho. Não sei se os colegas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

Pedido de inversão de pauta. Se ninguém se opõe, vamos apreciar o Requerimento nº 138, do Deputado Severino Ninho, que *“requer a quebra dos sigilos bancário e telefônico do Senhor Adão Rodrigues e de sua esposa, Sra. Solide Fátima Triques, proprietários da Boate Xingu, localizada em Altamira, no Estado do Pará”*.

Para encaminhar a votação, tem a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sr. Presidente, todos sabem que a CPI esteve lá e que na área circunvizinha ao canteiro de obras há, ou havia, uma



boate onde uma menor se prostituía e que aqui nós ouvimos o Diretor de Segurança da Hidrelétrica, que colocou que não conhecia, que não sabia da existência da boate ou que não sabia da data de inauguração, que a menor ele também não sabia que existia e por aí vai.

Então, para tirar dúvida quanto à lisura do que foi dito aqui, eu requeri a quebra dos sigilos bancário e telefônico do proprietário Adão Rodrigues e de sua esposa. Eu acredito que com essa quebra de sigilo, a gente possa saber que ramificações o dono da boate tem ou não tem com autoridades lá da região. Porque inclusive há notícias de que, no dia da inauguração, autoridades estavam presentes lá na boate.

É nesse sentido o nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Os Srs. Deputados que são favoráveis ao requerimento mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento do Deputado Severino Ninho.

Requerimento nº 135, do Sr. Deputado Fernando Francischini, que *“requer a realização de audiência pública com a presença da Sra. Patrícia Lamego de Teixeira Soares, ex-funcionária da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República”*.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Francischini, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, primeiro, quero elogiar e agradecer a V.Exa. pela condução dos trabalhos da CPI na cidade de Curitiba. O senhor com certeza contribuiu novamente, pela boa condução desta CPI, no sentido da prestação de serviço à sociedade brasileira, demonstrando que a presença da CPI lá pode estar trazendo a ponta de um *iceberg* de um esquema de tráfico de crianças, usando adoções, como o senhor bem acompanhou lá.

Também quero agradecer ao Deputado Luiz Couto, que está aqui, e aos funcionários da nossa Comissão, da nossa CPI que lá estiveram.

Este requerimento, Sr. Presidente... O senhor acompanhou nos depoimentos lá, essa funcionária, Patrícia Lamego Teixeira Soares, era a autoridade central para adoções, segundo a Convenção de Haia, no Brasil. Ela é que poderia autorizar ou não o funcionamento da ONG Limiar e da ONG AWAA no Brasil. E nós encontramos



nas buscas da Polícia Federal na casa do Sr. Audelino *e-mails* que demonstravam a comemoração da sua exoneração em outubro ou novembro do ano passado.

Textualmente, pessoas no exterior diziam que iam abrir champagne e iam vir ao Brasil, porque agora o trabalho ia aumentar aqui porque não havia mais o entrave dessa funcionária. Eu consegui lá, em Curitiba, o seu telefone celular — ela não está mais trabalhando na Secretaria Nacional de Direitos Humanos, deve estar indo para o Ministério do Planejamento: é funcionária de carreira do Governo Federal. E lhe perguntei por que poderiam estar comemorando a sua saída. E ela, sem saber que eu estava na CPI onde estava, disse que era o trabalho dela de fechar a porta de ONGs internacionais das quais ela não sabia os objetivos, e citou textualmente a Limiar e a AWAA por fazerem um trabalho de desmoralização para retirá-la dessa função.

Então, é importantíssima a audiência, porque em cima do que a gente ouvir da Sra. Patrícia é que nós vamos saber o que aconteceu no CEJA, no órgão do Tribunal de Justiça do Paraná, em relação ao processo de autorização para o funcionamento ou não dessas ONGs no Brasil, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

Em votação o requerimento.

Os Srs. e as Sras. Deputados que estão de acordo mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento nº 135.

Requerimento nº 136, do Deputado Francischini também, que *“requer a realização de visita com oitiva de famílias que tiveram seus filhos retirados arbitrariamente para adoção nas cidades do Paraná”*, conforme consta no requerimento.

Com a palavra o Deputado Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, lá, V.Exa. bem acompanhou, junto com o Deputado Luiz Couto, há um caso específico envolvendo o meu Estado, que é o Estado do Paraná, e o Estado de Santa Catarina também.



Então, eu tomei a iniciativa, por estar presente, como todos nós, muito mais presentes na sua base, no seu Estado, de propor uma coisa *sui generis* aqui, devido à quantidade de crianças.

Nós identificamos, nas buscas da Polícia Federal, que o Sr. Audelino e a ONG Limiar intermediaram ilegalmente no País a adoção de 355 crianças paranaenses e catarinenses.

Eu tomei a iniciativa de trazer esse pedido *sui generis* para que eu possa auxiliar a CPI visitando esses Municípios, ouvindo as famílias que tiveram os filhos adotados, e que possa elaborar ao final, Presidente, um relatório para a Deputada Flávia Moraes, auxiliando a nossa Relatora e auxiliando V.Exa. na tomada de posições de próximas situações. Eu pensei em solicitar o apoio da Polícia Federal no Estado, para que ela pudesse realizar essas oitivas, e eu apresentá-las diretamente a nossa CPI aqui, em Brasília. São muitas cidades, mas em cada cidade dessas há uma ferida aberta. São famílias com a mesma história — lixão, pobreza, alcoolismo —, e nós temos a obrigação, como CPI, já que envolvem autoridades públicas, que o poder comum não vai conseguir chegar a ir a cada cidade do Paraná e de Santa Catarina também tentar averiguar o que aconteceu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Em discussão o requerimento.

As Sras. e os Srs. Deputados favoráveis ao requerimento mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 137, do Sr. Fernando Francischini, que *“requer a realização de audiência pública com a presença da Sra. Sandra, filha do casal Antônio e Rivonete, de São João do Triunfo, Paraná, que tiveram sete filhos tirados para adoção internacional”*.

Com a palavra o Deputado Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, essa vai ser uma tarefa difícil para a CPI. A Sandra agora já tem 19 anos de idade, quer dizer, é maior, ela pode decidir se vem ou não. Não estamos mais tratando de um menor de idade, que poderia causar constrangimento na questão do segredo de



Justiça, de quem é o pai, sobre a adoção. O senhor sabe que é um processo em que ela mesma já deu entrevista na mídia dizendo que foi abusada sexualmente pelo pai americano, que a mãe é alcoólatra...

A Convenção de Haia prevê em seus artigos que, no caso de uma família que recebeu para adoção ter muitos problemas, algo *sui generis*, como nesse caso, a autoridade central brasileira pode solicitar a repatriação. Mas eu acho que uma medida como essa depende muito do depoimento da Sra. Sandra. Nós temos poucos dados, por isso está "Sandra": a gente não sabe o nome americano. Ela mora em New Jersey, nos Estados Unidos. É um depoimento importante. O irmão relatou que ela disse que está preocupada com a irmã mais nova, menor de idade, que está na posse desse casal.

Se a gente não conseguir convidá-la para vir ao Brasil, eu proponho, talvez, uma missão capitaneada na embaixada americana, para que a gente possa, alguns membros da CPI, ir até lá perante a autoridade americana e fazer essa oitiva, Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Deputado Francischini, um daqueles documentos que foram entregue pela promotora tem lá a relação dos filhos já com o nome dos pais estrangeiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso. Eu queria só, adendando essa iniciativa... Na semana passada, quando eu falei com o Embaixador, e a depender da nossa conversa amanhã com a Embaixada, porque não é só esse caso: há outras implicações e talvez a coisa seja muito maior... Porque, sobre essa ONG, as informações últimas que nós tivemos são de que já praticou mais de 2.300 adoções, essa ONG Limiar. Mais de 2.300 adoções — parte delas do Brasil, não todas. E os Estados Unidos são o foco, o recipiente de recebimento, o principal mercado, digamos assim, dessas adoções, que envolvem uma quantidade da ordem de 20 a 21 mil dólares, equivalente aos 50 mil reais que alguém... Essa é a dimensão da coisa. Então, talvez — e eu já cogitava isso com o Embaixador por telefone —, haja a necessidade de uma missão da CPI para ver essa coisa de perto, porque, se a extensão justificar, a que estamos presumindo — ainda não temos todas as informações, mas, pelo andar da carruagem, a coisa é muito mais complexa e abrangente do que a gente pode imaginar, está certo?



Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Deputados que estão de acordo mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

O requerimento do Severino Ninho já foi aprovado.

Eu passo a palavra ao Deputado Luiz Couto, em seguida ao Deputado Francischini. Eu já fiz um breve comentário no início da sessão da CPI sobre a nossa diligência no Paraná, e eu passo a palavra agora ao Deputado Luiz Couto para fazer o seu breve relato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, nós tivemos toda aquela narrativa com fatos gravados da jornalista Joice. É fundamental a degravação daquelas matérias todas, porque elas vão trazer uma série de informações que darão elementos para que nós possamos continuar. O Deputado Francischini apresentou uma relação de diversos Municípios do Paraná. Ora, também Santa Catarina, de onde veio o Sr. Audelino. Ele vem de lá. Ele vem para Curitiba, e é a partir do contato dele, que trabalhava no hotel, um casal de americanos que estava lá tendo alguns problemas para dar agilidade à adoção, ele começa... A partir daí elimina tudo e começa a viver dessa situação. E diversas vezes esse Lino esteve nos Estados Unidos, levando, inclusive, as crianças, e havia uma rota: saía de lá, ia para São Paulo, depois para o Rio de Janeiro e, de lá, ia para os Estados Unidos. Então, há uma rota significativa que precisa também ser... Seriam o lugar de engorda esses locais aí, de preparação?

Uma outra coisa que me chama a atenção, Sr. Presidente, é a figura do escrivão. Há um escrivão em Monte Santo — pegue aqueles documentos e veja o nome do escrivão: Luís... Parece que há um nome lá. Esse cara precisa ser convocado. Ele é escrivão. Se você pega os depoimentos, são quase os mesmos, a mesma coisa. É feita uma intimação para a Dona Ivonete e o seu esposo, e essa intimação nunca chega para ele, há sempre um empecilho aí. Dá 10 dias para ela responder à contestação da decisão de oferecer o pátrio poder, ou de tirar o pátrio poder daquele casal, e veja o seguinte: a razão, depois que nós ouvimos vários familiares e várias pessoas lá de São João do Triunfo, ou seja, a forma como fazia. O conselheiro tutelar vinha com o relatório, e ela dizia: *“Não, eu não quero esse*



daqui. Você tem que botar aí que lá é casa que não tem higiene, que tem gente correndo para todo canto”. Ou seja, na realidade, a promotora, que se defendia o tempo todo ao entregar o relatório, lendo aquele relatório, nós vamos perceber que há dois depoimentos de duas crianças — uma delas devia ser a Sandra — iguaizinhos, só dizem o seguinte: “*nós queremos ficar com esses nossos pais agora, porque nós brincamos muito com eles e conversamos muito com eles*”. Ora, a criança não sabia nem falar bem português, como falava inglês com aqueles que não sabiam nada de português?

Então, na realidade há coisas estranhas ali, e esse escrivão tem que ser ouvido. Além disso — nós estivemos lá — não houve o comparecimento do juiz. Do juiz também não houve o comparecimento. A promotora, o tempo todo, era defesa, ou seja, teve quase 90 minutos para mostrar uma coisa e lia só aquilo que interessava a ela, e fazia a defesa. Como o sigilo tinha sido quebrado, então ela começou a falar dessa coisa, mais cortava, nos depoimentos dela, dizendo que estava sendo acusada, que ela não fez isso aqui, quando não houve nenhuma acusação contra ela. Então, nesse sentido, colocou a carapuça.

Nós precisamos fazer uma síntese daqueles documentos e avaliar se nós precisamos ouvi-la novamente. Eu acho que temos. E o juiz também, e o responsável pela adoção também, que não compareceu. São três segmentos importantes. E o escrivão, porque, com esse escrivão, nós vamos perceber que muitas peças foram construídas para favorecer a questão da adoção, dando uma legalidade de que as crianças estavam querendo mesmo ir embora, quando o depoimento da Sandra e mesmo dos familiares revela uma outra situação.

Então, nesse aspecto é que a situação do Paraná é de extrema gravidade. Houve a apreensão lá, e tem muitos documentos: o Sr. Audelino tem uma agenda, várias agendas, e ele diz assim: “*todas as crianças com boa saúde, saudáveis, só tem um pequenininho que está com uma doencinha*”. Quer dizer, demonstrava que não havia razão nenhuma, que não havia nenhum elemento para se tirarem aquelas crianças daquela família. Quais são os dois argumentos que eles colocam lá para tirar o pátrio poder? Falta de higiene e pobreza. Ou seja, se pobreza passar a ser argumento, vai-se abrir a porta agora para milhões de brasileiros perderem o pátrio poder, porque as crianças não terão...



(Não identificado) - Todo mudo ia ser filho adotivo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é, não é isso?

Esse é um aspecto importante que chama a atenção, é de extrema gravidade. E não tem um depoimento de uma criança que está lá? Está lá a assinatura do juiz e a assinatura da promotora também, e do escrivão. Então, parece que tem ali coisa que foi tramada para que efetivamente aquelas crianças fossem retiradas.

Foi tão importante quando a gente ouviu, no final — estávamos lá eu e o Deputado Francischini... Diversas outras pessoas que estavam lá queriam falar, falar e mostrar uma outra face daquilo que a promotora tentou demonstrar: que fez tudo legalmente, que não havia nada que desabonasse a conduta dela.

Então eu acho que miséria, pobreza, falta de higiene não podem ser elementos para tirar o pátrio poder. Se tem falta de higiene, vamos ajudar as pessoas a aprender a ter higiene, mas não é razão nenhuma. Então, nesse aspecto, é que nós precisamos, nessa conversa com o Embaixador, ver essa questão dos Estados Unidos e do Canadá. O Lino manda gente para os Estados Unidos e para o Canadá. E é muita gente que foi vendida mesmo. A faixa que a Joice coloca era de, para cada criança, 9 mil dólares, fora outras despesas que eram pagas. E o Sr. Lino ia para os Estados Unidos frequentemente, com passagens, diárias e outras coisas mais, significando que é uma figura que a gente precisa verificar. Na acareação com o Sr. Ulisses, vai ser muito importante para que nós possamos desvendar o mistério daquelas adoções que aconteceram lá no Paraná.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente, eu só queria reforçar aqui o pedido — e quero até sugerir ao Deputado Padre Couto que faça esse requerimento — de trazer o escrivão Luís não sei o quê, porque eu também já li alguma coisa disso aí e eu acredito que é muito importante que esta CPI ouça esse homem. Então, eu quero só aprovar aqui a vinda dessa pessoa à nossa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Presidente, queria fazer a complementação do Deputado Luiz Couto, do Deputado Freire — nosso Pastor Paulo Freire e nosso Padre Luiz Couto. Hoje nós estamos com quase todas as religiões representadas aqui.

Queria dizer ao senhor que a gente fica sensibilizado demais. Eu e o Deputado Luiz Couto ficamos 14 horas, numa audiência de 14 horas seguidas —



acho que acabou era quase meia-noite —, em Curitiba. Os funcionários cansados já, mas sensibilizados demais, porque nós ouvimos, no final, Presidente, os vizinhos, as famílias que conheciam, o padrinho das crianças. O conselheiro tutelar, que não teve seus relatórios juntados nos autos do processo de perda do poder familiar, foi lá e disse, no seu depoimento oficial, que ele fez relatórios, dizendo que a família merecia mais uma chance, que o pai estava em recuperação do alcoolismo. Nós tivemos pessoas como o vizinho, que dizia que claro que tinham fezes em volta da casa, mas não eram só das crianças, eram dos cachorros e que, em toda cidade do interior, onde tem cães, é claro que num quintal, com crianças pobres... O depoimento do irmão mais velho da Sandra falava uma coisa muito nítida para nós: *“Olha, a gente não ia comer no lixo. A gente fazia o que toda criança pobre que mora no lixão faz: quando chegava o caminhão do lixo, nós corríamos lá pra juntar latinha, pra vender e comprar alguma coisa pra nós”*, o que toda criança pobre faz. Então, talvez tenha tido uma série de acontecimentos que merecem...

Mas tem uma coisa, Presidente, que é muito importante, e queria chamar a atenção do Manoel e dos nossos funcionários: no depoimento do Ulisses, Deputado Luiz Couto, o senhor lembra que ele citou o nome de uma mulher em São Paulo que fazia o mesmo trabalho do Lino, Presidente? E as informações, depois da passagem da nossa CPI em Curitiba, vieram de São Paulo pra mim, dizendo que a mesma atividade que o Lino fez, e com uma quantidade duplicada ou triplicada de crianças que saíram de São Paulo, de um monte de Municípios, e foi aquela mulher, citada pelo Sr. Ulisses, como a outra encarregada das adoções. Então, a ponta do *iceberg* já subiu um pouco mais: nós temos uma mulher em São Paulo — o nome foi citado pelo Ulisses no seu depoimento — que fez a mesma coisa com as adoções, recebia salários, adicionais por adoção, sabia que tinha a doação em dinheiro pelas famílias americanas e canadenses. Talvez seja o próximo passo também da CPI trazer essa mulher até aqui.

Também relatar ao senhor, Presidente, a questão das doações ilegais que essa ONG Limiar fazia. Ela não podia nem estar registrada no País, quanto mais ser doadora para instituições das casas-lares. Consta até Conselho Tutelar. Está na folha de pagamento do Sr. Audelino. Funcionários do Conselho Tutelar de uma das



idades lá no Paraná, Deputado Luiz Couto — não deu nem pra gente chegar a isso —, também recebiam, infelizmente.

A gente sabe que o Conselho Tutelar faz um grande papel em todo o País. Nós defendemos é que sejam feitas por concurso público, talvez, as próximas entradas no Conselho Tutelar. É um trabalho essencial pra defesa da criança e do adolescente, mas, da forma como nós encontramos, Presidente, depois, em uma análise melhor ainda das buscas, aqueles pagamentos que o Audelino fez, antes das adoções para casas-lares, ele fez pra Conselhos Tutelares também. Está lá nas apreensões que devem estar chegando hoje aqui pra nossa CPI.

Volto ao senhor, Presidente, mas relatando a gravidade e a sensibilidade que esse caso tem.

Por autorização do nosso Presidente, nada mais tendo a registrar... Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, dois ofícios a V.Exa. como Presidente. Um é para o Conselho Nacional do Ministério Público, pedindo para apurar a atuação do Ministério Público do Paraná nesses casos de adoção, e ao Conselho Nacional de Justiça, para apurar a atuação dos juízes no caso também do Paraná. Então, seriam esses dois ofícios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Recebidos, então.

Presidente, dou por encerrada, com sua autorização, esta reunião da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI do Tráfico de Pessoas.

Muito obrigado a todos.